



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DA ANPED<sup>13</sup>**

Benedito G. Eugenio<sup>14</sup>  
(UESB)

Elenilson E. Silva<sup>15</sup>  
(UESB)

### **RESUMO**

Neste artigo, apresentamos os resultados do projeto Acesso e permanência dos estudantes dos meios populares no ensino superior. Aqui são discutidas as perspectivas de abordagem do tema das ações afirmativas nos trabalhos apresentados nas reuniões da ANPED no período 2012-2013. Os dados foram construídos por meio de uma pesquisa bibliográfica, do tipo estado do conhecimento. O texto está assim organizado: inicialmente apresentamos a metodologia; na sequência, fazemos uma discussão sobre ações afirmativas e, finalmente, apresentamos os dados construídos.

**PALAVRAS-CHAVE:** ações afirmativas, estado do conhecimento, ensino superior.

### **INTRODUÇÃO**

Em nosso país, negros e indígenas viveram por séculos excluídos das políticas sociais (educação, saúde, moradia, justiça, emprego, etc). No que tange à educação, a escolarização para esses grupos étnicos demanda políticas específicas, tendo em vista que ela lhes foi negada durante muitos anos.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa acerca do estado do conhecimento sobre as ações afirmativas no ensino superior no período 2007-

---

<sup>13</sup> Agência financiadora: FAPESB (Bolsa de Iniciação Científica).

<sup>14</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Atua na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC). E-mail: beneditoeugenio@bol.com.br

<sup>15</sup> Graduando em Pedagogia pela UESB. Bolsista de Iniciação Científica (FAPESB). E-mail: elenilson.silva2010@hotmail.com



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

2013, tomando como base as publicações apresentadas nas reuniões anuais e disponibilizadas na página da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), maior entidade educacional do país. Por conta dos limites de espaço, aqui são discutidos os resultados referentes aos trabalhos apresentados nos anos 2012 e 2013.

Com o levantamento, objetivamos construir o estado do conhecimento sobre a temática, aqui entendido como “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI e FERNANDES, 2014, p.154).

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Esta pesquisa foi desenvolvida exclusivamente através de fontes bibliográficas. Para isso, selecionamos os trabalhos apresentados e publicados nas reuniões anuais da ANPED no período compreendido entre 2007-2013 e que abordassem as ações afirmativas no ensino superior.

Santos (2010, p.70-1) assim define esse tipo de pesquisa: “A pesquisa bibliográfica oferece meios para definir, resolver, não somente, problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas nas quais os problemas não se fixaram suficientemente. Tem como objetivo permitir ao pesquisador o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação”.

Traina e Traina Jr. (2009) consideram que a pesquisa bibliográfica pode ter três objetivos. Segundo eles, os objetivos bem claros desencadeiam um trabalho bem sucedido: portanto, fala-se do objetivo de identificar conceitos básicos, que é a busca por conteúdos importantes; fala-se do objetivo de identificar parceiros, neste caso, trata de autores e materiais que abordam a linha na qual o pesquisador estuda e o terceiro objetivo seria identificar a motivação, que é perceber a necessidade da comunidade acadêmica de um tema de relevância.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Pesquisa bibliográfica é aquela forma de investigação cuja resposta é buscada em informações contidas em material gráfico, sonoro ou digital estocadas em bibliotecas reais ou virtuais (XAVIER, 2010).

Seguindo as recomendações de Mendes *et al* (2008,p. 4-6) e Souza *et al* (2010, p. 3-4) sobre a revisão integrativa, os seguintes passos foram realizados no momento de elaboração do presente texto: 1) De que forma as pesquisas apresentadas nas Reuniões anuais da ANPED abordam a temática das ações afirmativas? Essa foi a questão que orientou a seleção dos materiais; 2) estabelecimentos dos critérios de inclusão dos textos selecionados: publicados nas reuniões realizadas no período 2007-2013, precisavam abordar ações afirmativas no ensino superior, o público-alvo das ações afirmativas deveria ser negros e indígenas; 3) leitura detalhada de cada texto selecionado e montagem de quadro-síntese com as seguintes informações: nome do autor, ano de publicação, objetivo, objeto, metodologia, conclusões; 4) seleção dos textos a serem incluídos na análise; 5) análise dos textos selecionados à luz da bibliografia pertinente; 6) elaboração do artigo com os resultados da análise.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabemos que o racismo gerou e tem gerado grandes consequências para os negros. É com essa compreensão que as políticas de ações afirmativas são cada vez mais necessárias, tendo em vista que:

As ações afirmativas visam promover a maior diversidade social de grupos sub-representados em certas sociais. Identificando três inspirações na defesa de ações afirmativas - uma forma de justiça reparatória ou compensatória, de justiça distributiva e de ação preventiva - Silvério (2003) destaca que elas visam ao tratamento diferenciado de um grupo social. As ações afirmativas teriam assim, como objetivo, tanto a igualdade de oportunidades como o combate as desigualdades não justificáveis, garantindo a diversidade e o pluralismo nas diferentes esferas da vida social, denunciando e desnaturalizando a posição subordinada de



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

determinados grupos sociais (GOMES, 2008, p.141).

Segundo Salvador (2011), a ação afirmativa se justifica através da “reparação, diversidade e justiça social”. Esta autora traz também a experiência brasileira sobre as Ações Afirmativas, apontando a década de 1990 como um marco histórico e enfatizando que naquele momento de discussão o governo FHC, em 1996, no seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos constitucionais”, reconhecia o Brasil como um país racista.

Penha-Lopes (2013, p.18) destaca a importância do movimento negro na luta pelo combate ao racismo, influenciando significativamente para a adoção de cotas entre as décadas de 1990 e 2000. Nesse sentido, aponta que no governo de Fernando Henrique Cardoso foram tomados alguns encaminhamentos, como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra e a realização do seminário internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da Ação Afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos. Já no Governo Lula houve uma série de avanços no tocante à temática.

Percebemos que o movimento negro consegue algumas vitórias dentro da conjuntura política do final da década de 1990. Vale lembrar que isso não se dá de forma pacífica, pois há quem seja contra as políticas de ação afirmativa. Segundo Penha-Lopes (2013) e Jaccoud (2008), os opositores às cotas vão dizer que o ensino superior será prejudicado com a entrada de pessoas mal preparadas. Em contrapartida a essa visão racista, os favoráveis acreditam que

As universidades tem assumido a posição de que a discriminação racial opera com fator específico de exclusão, devendo ser combatida por medidas específicas de inclusão e integração racial e social. Tem buscado, assim, ampliar as oportunidades de jovens negros qualificados e ao mesmo tempo muda o perfil do alunado (JACCOUD, 2008, p. 151).

Segundo Viera e Medeiros (2012) tanto o setor público quanto o privado podem se valer das ações afirmativas visando à redução de desigualdade entre



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

raça, gênero, geração e outros marcadores sociais da diferença. Notamos que diante das desigualdades, essas políticas visam uma equidade, haja vista que a Constituição de 1988 aponta a igualdade como princípio do Estado Brasileiro. Por outro lado, sabemos que isso só consta no papel, pois há vários grupos que são historicamente excluídos; portanto, é nessa perspectiva que “o Estado passaria a exercer uma função ativa a fim de promover maior equidade e justiça entre os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade” (MEDEIROS e VIEIRA, 2012, p. 187).

Com as ações afirmativas, percebemos quão diversa e plural é a nossa sociedade. Dito isto, Medeiros e Viera (2012) chamam atenção que não vivemos em uma sociedade homogênea e que na diferença não há sujeito melhor ou pior do que o outro. Ainda discutindo sobre as ações afirmativas, esses autores pontuam que no Brasil o ensino superior é o principal alvo dessas políticas, sendo que UERJ e a UENF foram pioneiras nesse processo. São exemplos dessas políticas a reserva de vagas para estudantes, indígenas, as cotas raciais, o bônus nas provas dos vestibulares e vagas suplementares (MEDEIROS e VIEIRA, 2012).

Estudando sobre o histórico das políticas de ação afirmativa, esses autores pontuam que elas começaram há muito tempo nos Estados Unidos e na Índia. Vale ressaltar que a implantação das políticas é resultado da luta dos movimentos sociais em que os grupos discriminados vivem.

No Brasil, as cotas raciais não são vistas com bons olhos por muitas pessoas. Assim, Medeiros e Vieira (2012, p.199) fazem alguns questionamentos visto que para os outros tipos de cotas não se criou tanta controvérsia. As políticas promotoras de igualdade no ensino superior trouxeram grande polêmica à sociedade brasileira no que tange às cotas raciais devido à crença do mito da democracia racial e da identidade homogênea. Esses autores entendem que as ações afirmativas implantadas tanto nos EUA e Índia, como no Brasil, são uma forma de redução das desigualdades. Para Jaccoud (2005, p. 48 ), “as chamadas ações afirmativas, por seu lado, engendram um conjunto diferenciado de medidas



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

que têm por objetivo igualar o acesso de grupos sociais discriminados a certas oportunidades sociais”.

Estas políticas tornam-se necessárias na sociedade contemporânea e democrática, pois sabe-se que a população negra e indígena sofreram e sofrem um longo processo de exclusão. Portanto, resta à sociedade entender que os movimentos sociais lutam em pé de igualdade, pela democracia e justiça social. Ao mesmo tempo Medeiros e Vieira (2012, p.203) afirmam que:

Desde as revoluções liberais, democráticas e burguesas dos fins do século XVIII consagraram a tríade igualdade, liberdade, e fraternidade e puderam transnacionalizar estes valores, as sociedades- inicialmente no Ocidente e a partir da segunda metade do século XX em todo o globo – tidas como desenvolvidas, civilizadas, adotaram como um dos parâmetros de mensuração para esta escala o grau de enraizamento desses valores, orientados pela universalização das políticas públicas, e a entronização do cidadão no interior do modelo.

Ao olhar no passado os bancos da universidade via-se a cor de quem estava lá - majoritariamente os brancos. Em 1970 os estudos sobre as relações raciais começam a denunciar essas disparidades. Nesse viés, as ações afirmativas buscam tratar os indivíduos como iguais, mas sem perder de vista a diferença como uma categoria a ser considerada.

Os autores concluem abordando as diversas ações afirmativas implantadas no Brasil; nesta perspectiva, citam o Decreto-Lei nº 5.52, de 1º de maio de 1943 que previa cotas de dois terços de vagas em empregos para trabalhadores brasileiros; citam a Lei 5.465 de julho de 1960 que garantia 50% das vagas para estudantes filhos de agricultores; as Leis nº8.112, de 11 de dezembro de 1990 e nº 8.213 de 24 de julho de 1991 que reservam 20% para pessoas com deficiências entrar no mercado de trabalho; a Lei 9.029 de 13 de abril de 1995 que proíbe comprovação de gravidez no mercado de trabalho; a Lei 9.504 de 30 de dezembro



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

de 1997 que reserva vagas para mulheres nas candidaturas partidárias; a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que é o Estatuto da Criança e Adolescente; a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 que é o Estatuto do Idoso e Lei nº 12.288 de 20 de junho de 2010 que é o Estatuto da Igualdade racial. (MEDEIROS e VIEIRA, 2012, p.208-9).

Vários países tem tido a experiência de ação afirmativa, a saber: África do Sul, Canadá, Alemanha, Espanha, Finlândia, Suécia, Bulgária, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia, e os países da América Latina. E no Brasil, como a discussão acerca das ações afirmativas vem sendo efetuada na produção das pesquisas realizadas no ensino superior? E a esse ponto que nos dedicamos a seguir.

#### **ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS DA 35ª REUNIÃO- ANO 2012**

De acordo com o artigo de Hustana Maria Vargas, *Uma sociologia das ausências: negros e carreiras prestigiadas no Brasil*, o negro vive em condições de inferioridade em detrimento do branco, uma vez que dados de pesquisas demonstram essa disparidade nas condições de moradia, saúde e educação.

Questionando se “não faltariam em nosso país muito mais médicos, engenheiros civis e profissionais do Direito negros, certamente mais sensíveis e conhecedores das condições de vida de outros negros”(Vargas, 2012, p.11), a pesquisa consegue demonstrar que há uma “ausência dos negros” trabalhando e estudando nessas áreas. A autora conclui que a política necessária para reverter essa situação é a política de recorte racial, pois esta consegue atender de fato quem sempre esteve em desigualdade.

O artigo de Ana Amélia de Paula Laborne, da UFMG, intitulado *Trajetórias de docentes do ensino superior*, aborda sobre a identidade racial e as trajetórias de docentes no ensino superior. A pesquisadora propõe identificar como os docentes da UFMG se auto classificam. A autora entrevista três professores universitários, abordando suas trajetórias de vida, preconceito vivido, a exclusão e construção da identidade na escola e na sociedade. A autora dessa pesquisa explicita que a



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

discriminação racial se dá pelas características fenotípicas, como cor da pele, cabelo, etc. Pontua que ser branco em nossa sociedade confere vantagens estruturais e privilégios, sejam eles concretos ou simbólicos, que moldam a experiência, a identidade das pessoas, suas visões de mundo. Este artigo não fala necessariamente sobre ações afirmativas, mas considerando a categoria 'negro no ensino superior', o consideramos para análise. O que se percebe pelos dados presentes no artigo é que os três professores tiveram suas trajetórias de formação marcadas por muita luta e, para que se mantivessem estudando, precisaram trabalhar, situação análoga a de muitos estudantes negros do ensino superior, principalmente dos cursos de licenciatura.

Marcos André Ferreira Estácio mais uma vez traz uma publicação objetivando “analisar a política de ação afirmativas do tipo quotas étnicas da Universidade do Estado do Amazonas, a partir da compreensão dos alunos beneficiados e do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam), as quais foram criadas pela Lei Estadual n.º 2.894/2004 (ESTÁCIO, 2013, p.1)”, intitulada *Quotas, sim. só quotas, não! análise das ações afirmativas do tipo quotas para indígenas no Amazonas*. De acordo com o autor, o vestibular com cotas foi implantado no ano de 2005, no entanto, a universidade assegura apenas o acesso, não garante a permanência, o que faz com que muitos alunos sintam dificuldades financeiras e pedagógicas. O autor percebe que entre a capital e o interior, a capital tem mais vagas preenchidas, com 54,89%. O ingresso não é diferente dos antigos vestibulares, mas a reserva “será igual no mínimo, ao dobro do percentual de índios na composição da população amazonense” (§ 1.º Art. 5.º). ”(idem, 2013, p 3). O estado do Amazonas com a sua imensidão, segundo o autor, apresenta mais de 60 grupos étnicos, sendo que 28 etnias já se encontram na universidade. Estes estudantes preservam suas identidades mesmo cursando o ensino superior (ESTÁCIO, 2013, p.5).

O artigo *Mulheres negras e professoras no ensino superior- as histórias de vida que as constituíram*, de Maria Clareth Gonçalves Reis, não aborda



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

necessariamente sobre ações afirmativas, mas vai ao encontro da discussão acerca da presença do negro no ensino superior. Ela aborda o processo de construção de identidade racial de professoras negras universitárias. Assim, a pesquisa é desenvolvida por meio de entrevistas com cinco mulheres: Helena, de família economicamente bem, os seus pais fazia parte do movimento negro, era consciente de sua condição de raça e gênero; Abayomi, de família pobre, trabalhou desde pequena e só teve contato com o movimento negro na universidade; Monica, sempre teve consciência de sua identidade e dos preconceitos a ser enfrentados; Daise, que tem um grande orgulho de ser negra, tanto que em seu sobrenome é Rosa da Natividade; Lordes Brasil é a quinta entrevistada, também tem orgulho de ser negra brasileira e é consciente de sua luta contra a discriminação.

A autora faz uma discussão sobre gênero e sexismo, demonstrando que a mulher é inferiorizada numa sociedade androcêntrica. Segundo Reis, aprende-se a ser mulher numa sociedade androcêntrica, o que as leva a aceitar a desigualdade e introjetar características que as depreciam e constroem cotidianamente. Diante dessa situação, é preciso que as mulheres se mobilizem em prol de direitos equânimes e respeito à sua identidade. Isso se faz ainda mais importante quando se trata de mulheres negras, pois habita aí também o racismo contra elas. A autora chega à conclusão que essas mulheres continuam a viver uma discriminação tríplice: de raça, gênero e classe (REIS, 2012, p.15).

O artigo *Ações afirmativas e sistema de cotas: um olhar a partir do movimento negro*, de Maria Aparecida Santos Correa Barreto, discute sobre a implementação das cotas nas universidades para o ingresso e permanência dos estudantes excluídos socialmente do ensino superior. Para falar sobre a implementação de cotas do Brasil, a autora aponta que UERJ e a UNEB foram as primeiras IES estaduais a instituir cotas; no plano federal, foi a UFMT. Logo em seguida, outras universidades como UEL e UFBA também o fizeram. Daí em diante, diversas instituições foram aderindo à adoção de ações afirmativas. Destaca ainda a importância do movimento negro para a implementação das políticas de ação



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

afirmativa e “contra a injustiça social histórica contra os negros, principalmente no que tange à educação e à ascensão social” (2012, p. 12).

### **ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS DA 36ª REUNIÃO-2013**

O texto *A constituição da nação brasileira em disputa: o debate em torno da (in) constitucionalidade das ações afirmativas*, de Rodrigo Ednilson de Jesus, da UFMG, tem como objetivo debater em torno das políticas de cotas e ações afirmativas estabelecidas no Brasil. Para subsidiar a pesquisa, ele participa de uma audiência no Supremo Tribunal Federal, em abril de 2012, percebendo os posicionamentos teóricos e políticos dos participantes. A partir dessa audiência, cita as pessoas nela presentes e que são contra as cotas, quais sejam: Demóstenes Torres, Hiderli Fideliz, Sergio Danilo Pena, Yvonne Maggie, o partido Democratas. Quanto aos favoráveis, cita Fabio Konder Comparato, José Jorge de Carvalho, Kabengele Munanga, Luiz Felipe Alencastro, Moacir Carlos da Silva. Depois de muito debate, as cotas raciais são aprovadas. O autor compreende que a sociedade brasileira tem o desafio de construir um projeto democrático visando à inclusão de negros, brancos e indígenas nas universidades.

O artigo de Katia Cristina Moraes, intitulado *UNICAMP: cotas na pós-graduação e a perspectiva de conquistar outros espaços para a produção de conhecimento*, faz uma análise sobre o que se tem produzido nos grupos de pesquisas do período de 2000 a 2012. A autora enfatiza que há poucos pesquisadores negros; isso é sentido ao ver um número tão pequeno na pós-graduação. Por isso, é preciso que as instituições de ensino superior mudem sua postura em relação à formação. A autora aponta que a educação é a área com maior número de grupos de pesquisas sobre a temática, perfazendo um total de 57 grupos de pesquisa.

O artigo de Wagner Roberto do Amaral, da Universidade Estadual de Londrina, intitulado *Os circuitos de trabalho indígena: os profissionais indígenas*



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

*como novos sujeitos da gestão de políticas públicas*, mostra que diante da nova conjuntura política e econômica, o índio tem sido inserido no mercado de trabalho e na educação; o índio se vê como sujeito político e de direito e para que sua cidadania seja exercida tem se aplicado ações afirmativas nas Universidades, como é o caso das universidades do Estado do Paraná que tem assegurado com a Lei nº 13.134/2001, alterada pela Lei n. 14.995/2006.

O índio tem buscado sua formação acadêmica para atuar dentro de sua própria comunidade. Em meio a isso ocorre o preconceito e o conflito de indígenas e não indígenas. O SPI- Serviço de Proteção ao Índio e a FUNAI- Fundação Nacional do Índio, assegura que estes entrem no mercado de trabalho. As áreas que eles mais tem procurado é a educação e a medicina. O autor afirma que o índio é um sujeito de pertença de sua comunidade; quando seus direitos são usurpados, são necessárias políticas públicas.

O artigo *Dialogar com a diferença: escuta das vozes favoráveis e contrárias as quotas étnicas*, de Marcos André Ferreira Estácio, traz a discussão sobre as cotas no legislativo estadual do Amazonas e implantada na Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Segundo o autor, o Movimento de Estudantes indígenas (Meiam) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, participaram na implementação das cotas na UEA, afirmando que a quotas se faz necessário, mas que devem ter um tempo de duração, já que a ideia é abrir uma universidade independente. Entretanto, ao realizar sua pesquisa, o autor constata que a maioria dos estudantes investigados são favoráveis às cotas como política permanente. Esse autor ainda traz uma discussão sobre ações afirmativas, demonstrando que a teoria de justiça compensatória visa reparar as mazelas do passado, enquanto que a teoria da justiça redistributiva repara as desigualdades do presente. Ressalta assim que essa é visão de quem é favorável às cotas, já que os oponentes vão argumentar que as cotas são inconstitucionais, pois violam o direito universal previsto na Constituição de 1988.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## CONCLUSÕES

A leitura dos trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPED possibilita apontar quais as temáticas que mereceram mais a atenção dos investigadores. Do ponto de vista metodológico, os autores tem recorrido a pesquisas qualitativas. Ainda carecemos de estudos comparativos, de pesquisas com abordagens quantitativas, bem como pesquisas que utilizem de perspectivas etnometodológicas e etnográficas para a construção dos dados.

É importante pontuar que as ações afirmativas no ensino superior fazem parte de uma política pública recente, sendo necessário o estudo permanente a fim de verificar sua contribuição para o processo de redução das desigualdades raciais e educacionais.

A produção de estudos do tipo estado do conhecimento revela-se fundamental para o avanço da produção científica, como demonstram o texto de Oliveira e Eugenio (2014, p.227). Ao efetuar a análise da produção sobre a temática no período 2009-2012, em três dos principais periódicos da área de Educação, os autores chamam a atenção para a exígua quantidade de trabalhos nos periódicos analisados e apontam que “compreender e analisar o que vem sendo apresentado sobre a temática é de fundamental importância para localizarmos os equívocos e avanços, bem como as possíveis lacunas que podem ocorrer em relação a assuntos que envolvem as políticas públicas de ação afirmativa no Brasil”.

A análise empreendida na produção do conhecimento no contexto da Anped apontou que se tem feito uma discussão sobre as ações afirmativas ora relatando sua importância, ora falando da problematização de sua (in)constitucionalidade. As cotas são necessárias para tornar válidos os direitos daqueles que sempre estiveram em condições de desigualdade. Há que se pensar numa universidade que seja democrática, plural e que acolha em seus bancos os diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira, entendendo que o conhecimento é condição



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

imprescindível para a emancipação social.

A análise dos trabalhos publicados ainda aponta para a pouca incidência de estudos sobre as mulheres negras no ensino superior. Este é um dado importante tendo em vista ser este evento o maior na área de educação no Brasil e as mulheres serem hoje maioria no ensino superior, segundo dados do INEP. Outro elemento a ser considerado é a necessidade de abordar o acesso/permanência das mulheres negras no ensino superior a partir da interseccionalidade raça/gênero/classe social, como aponta Crenshaw (2002). Outro ponto que demanda maiores estudos são as ações implantadas pelo Estado brasileiro para estudantes oriundos de países africanos que falam português por meio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A implantação das políticas de ações afirmativas evidenciou o quanto a sociedade brasileira é racista, demonstrando a necessidade de uma educação antirracista, visto que muitas escolas e também a universidade contribuem para a produção do racismo.

## REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, p. 171-188, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999. p 21-71.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In: JACCOUD, Luciana et al. (org). As políticas públicas e a desigualdade no Brasil*. Brasília: Ipea, 2008.

MENDES, K.D. S. et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*. Florianópolis, 17 (4), p. 758-64, 2008.

OLIVEIRA, L.J.; EUGENIO, B.G. Ações afirmativas no ensino superior: uma análise de periódicos na área de Educação. *In: EUGENIO, B. (Org). Relações etnicorraciais: olhares plurais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

PENHA-LOPES, Vânia. *Pioneiros: cotistas na Universidade Brasileira*. Jundiaí: Ed. Paco, 2013. p 11-29.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- SALVADOR, Andrea Clappe. Ação afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros no Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2011.p 37-61.
- SANTOS, Airá Manuel Santana dos. Metodologia do trabalho científico. Faculdade da Cidade, 2010.
- SCHWARC, Lilia K. Morizt. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XX no Brasil. In FONSECA, Maria Nazareth Soares. Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVA, Mozart Linhares da. Educação, etnicidade e preconceito no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- SOUZA, Marcela Tavares de *et al.* Revisão integrativa: o que e como fazer. Einstein, 8 (1pt1), p.102-6, 2010.
- TRAINA, Agma Juci Machado e TRAINA Jr. Caetano. Como fazer pesquisa bibliográfica. São Carlos: SBC Horizontes, 2009.
- VIEIRA, .A.S.; MEDEIROS, P.M. Ação afirmativa no Brasil e no mundo: notas para um debate em curso. In: SILVÉRIO, V.; MATTIOLI, E.A.; MADEIRA, T.F.L. (Org.). Relações étnico-raciais: um percurso para educadores. São Carlos: Edufscar, 2013.

### ARTIGOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

- AMARAL, Wagner Roberto do. Os circuitos de trabalho indígena: os profissionais indígenas como novos sujeitos da gestão de políticas públicas. Goiânia, 36ª Reunião Nacional da ANPEd, 2013,. Disponível em 36reunião.anped.org.br/trabalhos. Acesso em 10 fev.2014
- BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa. Ações afirmativas e sistema de cotas: um olhar a partir do movimento negro. Porto de Galinhas, 35ª reunião da ANPEd, 2012. Disponível em: 35reuniao.anped.org.br/trabalhos. Acesso em 15 mar.2014.
- ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. Dialogar com a diferença: escutas das vozes favoráveis e contrárias as quotas étnicas. Goiania, 36ª Reunião Nacional da ANPEd , 2013. Disponível em 36reunião.anped.org.br/trabalhos. Acesso em 13 fev.2014.
- ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. Quotas, sim. Só quotas, não! Análise das ações afirmativas do tipo quotas para indígenas no amazonas. Porto de Galinhas, 35ª reunião da ANPEd, 2012. Disponível em 35 reunião.ANPEd.org.br/trabalhos. Acesso em 05 mar.2014.
- JESUS, Rodrigo Ednilson de. A “constituição” da nação brasileira em disputa: o debate em torno da (in) constitucionalidade das ações afirmativas. Goiânia, 36ª Reunião Nacional da ANPEd, 2013. Disponível em: 36reunião.ANPEd.org.br/trabalhos. Acesso em 05 fev.2014.
- LABORNE, Ana Amélia de Paula. Identidade racial e trajetórias de docentes do ensino superior. Porto de Galinhas, 35ª reunião da ANPEd, 2012. Disponível em 35: reuniao.anped.org.br/trabalhos. Acesso em 01 mar.2014.
- NORÕES, Katia Cristina. Cotas na pós-graduação e a perspectiva de conquistar outros espaços para a produção de conhecimento. Goiânia, 36ª Reunião Nacional



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

da ANPEd, 2013. Disponível em: [36reuniao.anped.org.br/trabalhos](http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos). Acesso em 07 fev.2014

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Mulheres negras e professoras no ensino superior – as histórias de vida que as constituíram. Porto de Galinhas, 35ª reunião da ANPEd, 2012. Disponível em: [35reuniao.anped.org.br/trabalhos](http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos). Acesso em 10 mar.2014.

VARGAS, Hustana Maria. Uma sociologia das ausências: negros e carreiras prestigiadas no Brasil. Porto de Galinhas, 35ª reunião da ANPEd, 2012. Disponível em [35reuniao.anped.org.br/trabalhos](http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos). Acesso em 17 fev.2014.